



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

**HABEAS CORPUS Nº 0202495-1**

229

IMPETRANTE: Renato Gonçalves Ferreira

PACIENTE: Renato Gonçalves Ferreira

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. ALONGAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 STJ. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. O prazo para conclusão da instrução criminal não é absolutamente rígido, sendo perfeitamente aceitável que haja a dilação do mesmo. Nestes casos a superação do prazo, por si só, não leva à imediata e automaticamente ao reconhecimento do constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, mas deve sempre ser analisada à luz do Princípio da Razoabilidade;

2. Encerrada a instrução criminal resta superado o argumento de constrangimento ilegal por excesso de prazo, de acordo com a inteligência da Súmula 52 do STJ. Ordem denegada, à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 202495-1, em que figura como impetrante e paciente Renato Gonçalves Ferreira, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia \_\_\_\_ de janeiro de 2010, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

**HABEAS CORPUS Nº 0202495-1**

230

IMPETRANTE: Renato Gonçalves Ferreira

PACIENTE: Renato Gonçalves Ferreira

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos

**RELATÓRIO**

Renato Gonçalves Ferreira, qualificado nos autos, impetrou em causa própria a presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, apontando como autoridade coatora a Excelentíssima Senhora Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Belo Jardim/PE, juízo perante o qual responde ao processo nº 205.2005.000569-4.

O impetrante/paciente informa que se encontra preso desde o dia 24/07/2008, contudo, não informa o motivo e o título da prisão.

Em síntese, alega estar sofrendo constrangimento ilegal ocasionado por excesso de prazo para a formação da culpa, tendo em vista que se encontra preso desde a mencionada data, sem que a instrução criminal tenha sido concluída. Assim, requer o relaxamento de sua custódia.

A inicial não veio instruída com quaisquer documentos.

Pleito liminar indeferido às fls. 13/14.

Instada a se manifestar, a autoridade impetrada prestou informações às fls. 21/22 e acostou os documentos de fls. 23/30.

O Ministério Público Estadual, em parecer da lavra da Procuradora de Justiça Convocada, Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos, opinou pela **denegação** da ordem, às fls. 34/35.

É o relatório.

JAMC



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



231

VOTO DO RELATOR

Como visto, a presente ordem de Habeas Corpus foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, o qual se encontra preso, por força de decreto de prisão preventiva, sob a acusação de ter praticado a conduta prevista no artigo 121, §2º, incisos II e IV, do Código Penal, observadas as implicações da Lei 8.072/1990.

"*In casu*", o crime de homicídio qualificado ocorreu no dia 17/12/2004, por volta das 14:00 h, na Cidade de Belo Jardim/PE, levando a óbito a pessoa de Edson Francisco Costa. Consta da denúncia, acostada às fls. 23/25, que o paciente, juntamente com 01 (um) comparsa, em comunhão de desígnios e com *animus necandi*, efetuaram vários disparos de arma de fogo contra a vítima, atingindo-a em vários locais e em virtude das lesões provocadas esta faleceu.

Ainda segundo a denúncia, no dia e hora acima referidos, o ora paciente e um comparsa chegaram ao local do crime de moto e encontraram a vítima na esquina de um mercadinho, momento em que o paciente parou a motocicleta, enquanto seu comparsa desceu da garupa e desferiu vários tiros contra a vítima, impossibilitando a defesa desta.

Pois bem.

O paciente impetrou a presente ordem se insurgindo contra a sua prisão cautelar, sob o argumento de que sofre constrangimento ilegal por excesso de prazo para formação da culpa.

Saliento que tanto a doutrina como a jurisprudência vêm reconhecendo que a manutenção do réu em isolamento celular por tempo superior ao que a lei prevê, caracteriza constrangimento ilegal reparável pela via do habeas corpus.

No entanto, entendo que o prazo para conclusão da instrução criminal não é absolutamente rígido, sendo perfeitamente aceitável que haja a dilação do mesmo, até quando não provocada pela defesa, se devidamente justificada. Há situações nas quais alguns entraves processuais ocorrem e, por respeito à garantia constitucional do contraditório, forçam o magistrado a dilatar o prazo de conclusão da formação da culpa.

JAMC



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



232

Nestes casos a superação do prazo, por si só, não leva à imediata e automaticamente ao reconhecimento do constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, mas deve sempre ser analisada à luz do Princípio da Razoabilidade. Há que se examinar o andamento do feito, a regularidade, a razoabilidade da seqüência dos atos processuais.

Na hipótese dos autos, a denúncia foi oferecida no dia 26/03/2009 e recebida em 11/07/2009, oportunidade em que foi decretada a prisão preventiva do paciente, portanto, se preso estava desde o dia 24/07/2008, como afirma na impetração, tudo indica que não foi em decorrência deste referido processo criminal.

Assim, para melhor análise da assertiva acima, cumpre transcrever excerto das informações prestadas pela autoridade apontada como coatora (fl. 22):

*"O paciente foi citado em 24 de agosto de 2009, conforme certidão de fl. 126 verso, apresentou resposta por escrito à acusação e arrolou testemunhas às fls. 99/100, audiências de instrução e julgamento em 04 de novembro de 2009 fl. 132, 12 de novembro de 2009 fl. 138, 25 de novembro de 2009 fl. 162 e 02 de dezembro de 2009 fls. 172/173.*

*A instrução está feita, e os autos encontram-se com vistas às partes para alegações finais".*

Como visto, embora a instrução tenha sofrido pequeno retardo, *in casu*, deu-se o encerramento da mesma. E, uma vez ultimada esta, não há que se falar em excesso de prazo, consoante entendimento da Súmula nº 52 do STJ, cujo teor passo a transcrever:

**"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".**

Assim, resta impossível o reconhecimento de constrangimento ilegal, pois superada a alegação de excesso de prazo na formação da culpa, já que se encontra encerrada a instrução processual, consoante entendimento sumulado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça.

JAMC



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



Cumpre destacar, por fim, que a autoridade impetrada, por ocasião das informações, ressaltou a necessidade de manutenção da prisão preventiva do paciente, noticiando que este “encontra-se respondendo a muitos outros processos por homicídio na 1ª Vara desta Comarca”, bem como o fato de “que as testemunhas deste fato não querem depor com medo de represálias (...) pois os mesmos (o paciente e seu comparsa) são contumazes na prática de homicídios”.

Corroborando com o narrado, a Procuradora de Justiça Convocada, Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos, expõe no seu parecer que “(...) embora tenha havido retardo na conclusão da instrução criminal, tal se apresenta como superado, não mais se constituindo em constrangimento ilegal a ensejar a concessão de habeas corpus liberatório, nos termos da súmula 52 do STJ(...)” (fls. 33/35).

Ante o exposto, em consonância com a douta Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator